

## PREFÁCIO

Não sendo lingüista mas economista com interesse pela ciência política, não sou a pessoa mais indicada para fazer o prefácio deste livro. Entretanto, como fui eu quem, entusiasmado pela qualidade do texto de Danielle Forget, recomendou sua publicação à Edusp, pareceu natural a seus diretores que coubesse a mim prefaciá-lo.

Danielle Forget é uma lingüista canadense francófona. Ensina na Universidade de Ottawa e sempre esteve muito ligada à ciência política. Para escrever este livro, realizou uma extensa pesquisa. Viveu um ano no Brasil, nos idos de 1976, e depois aqui voltou muitas vezes. Seu livro é um fascinante estudo do discurso autoritário e do começo do discurso democrático no Brasil entre 1964 e 1984. Para realizar esse estudo, escolheu quatro datas-chave: 1968, quando o regime autoritário se define plenamente com o AI-5; 1974, quando o presidente Geisel anuncia a *distensão*; 1979, quando ocorre a anistia; e 1984, quando a oposição, em plena ofensiva, derrota o regime militar. Nestas datas escolheu uma série de discursos e fez sua análise lingüística e política.

Eu me envolvi muito pessoalmente na análise do processo de transição democrática do Brasil. Aprendi, então, com os cientistas políticos que estudaram o tema, que a democratização ocorreu no Brasil de cima para baixo, que, em última análise, foi uma concessão dos militares a partir do governo Geisel. Jamais, entre-

tanto, aceitei essa idéia. Minha própria visão do assunto, definida em uma série de artigos publicados na *Folha de S. Paulo* e depois reunidas no livro *O Colapso de uma Aliança de Classes* (Brasiliense, 1978), afirmava o oposto. O processo de democratização no Brasil tem duas datas-chave: as eleições de novembro de 1974, quando o partido do governo é fragorosamente derrotado nas eleições majoritárias para o Senado, e o Pacote de Abril, de 1977, que provoca na sociedade civil brasileira uma imensa indignação contra Geisel e o regime autoritário.

A partir do final de 1974 e principalmente a partir do Pacote de Abril, ocorre o que chamei “a ruptura de uma aliança de classes”. A burguesia, particularmente o empresariado industrial, rompe sua aliança com a burocracia civil e militar no poder, e começa, gradualmente, a se aliar com as forças democráticas. A partir daquele momento o destino do regime autoritário estava selado.

Ora, em seu livro, Danielle Forget percebe esse fato. A *distensão* de Geisel e depois a *abertura* do próprio Geisel e de Figueiredo não eram outra coisa senão a tentativa de postergar o processo de *democratização*, que a sociedade civil passava a exigir. O momento crucial no processo de democratização do Brasil ocorre em 1977, ao invés de 1974, quando começa o governo Geisel.

O discurso autoritário também muda a partir dessa data. Antes o discurso era um monólogo. “Eu” era o governo, “vós”, a nação, e “eles”, a oposição ou a subversão, que deveria ser ou ignorada ou reprimida. Depois o discurso passa a ter um elemento de diálogo, em que a oposição passa a ter um papel reconhecido. Por outro lado, a coerência do discurso autoritário vai desaparecendo. No início, ele é um todo cerrado e homogêneo; no final, em 1984, perde toda a coerência.

O discurso dos militares é autoritário, mas não logra sem imperativo. Pelo contrário, segundo Danielle Forget, desde o início, a busca fundamental é a da legitimidade. Esta legitimidade – ou seja, o apoio da sociedade civil – era indiscutível em 1964, quando o golpe de Estado foi dado com pleno apoio não apenas dos ricos, mas também de grande parte das classes médias. Esse apoio continua forte em 1968, porque o medo da subversão ainda subsiste, e agora a burguesia tem mais uma razão para apoiar o regime militar: o milagre econômico. Em 1977, porém, o milagre econômico era coisa do passado, e o medo da subversão desapa-

recera. Dessa forma, as bases da legitimidade do regime militar se esboroavam. Conforme observa Forget, em 1968, os militares defendiam a nação contra a ameaça da subversão, enquanto em 1977 a ameaça é completamente outra: ou a sociedade se acomoda ao ritmo da *distensão*, ou teremos a interrupção do processo de abertura democrática.

Essa ameaça era obviamente sem sentido. Só teria sentido se, de fato, a democratização fosse uma concessão dos militares. Não era. Era, isto sim, um processo de democratização da própria sociedade civil, que, depois de se haver comprometido com o regime autoritário durante mais de dez anos, mudava de posição e comandava de baixo para cima o processo de transição democrática no Brasil.

Na verdade, em 1977, forma-se no Brasil o que tenho chamado de “pacto populista democrático de 1977”. É uma grande coalizão política, que será vitoriosa no final de 1984, com a eleição de Tancredo Neves. Pouco depois, entretanto, com o fracasso do Plano Cruzado, teremos o colapso desse grande pacto político. E desde então vivemos um vazio político que Danielle Forget naturalmente não analisa. Ela, entretanto, nos adverte que o próprio discurso democrático, que era uno e coeso quando tinha como objetivo derrubar o regime autoritário, perde essa clareza e essa unidade quando a democracia se torna vitoriosa. Sem dúvida, esta é uma das características da democracia – pluralidade do discurso. Mas pluralidade não significa confusão, muito menos anomia. Não significa perda do conceito de nação, não significa incapacidade de formular um projeto nacional. Se Danielle Forget voltar ao Brasil para analisar o discurso político atual, provavelmente verificará tudo isto. Verificará que o Brasil, embora tenha realizado com êxito sua transição democrática, continua imerso em uma profunda crise econômica e política, na verdade em uma crise de identidade que o discurso de todos nós dramaticamente revela.

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA